

A Imagem da Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro

Autoria: Deborah Moraes Zouain, Steven Dutt Ross, Breno de Paula Andrade Cruz

RESUMO

Este trabalho verifica empiricamente a existência da relação entre a classe social percebida e percepção sobre a imagem da polícia. Especificamente, este artigo apresenta quais fatores podem explicar a percepção da imagem da autoridade policial na cidade do Rio de Janeiro. A partir da utilização de dados secundários, é realizada Estatística Básica e Análise Fatorial para obtenção de interações e possíveis construtos na percepção da imagem da polícia na cidade do Rio de Janeiro pelos sujeitos da pesquisa. Assim, este estudo encontrou dois principais elementos que constroem a imagem da polícia percebida pela população carioca: (i) a imagem hostil da polícia e (ii) a imagem organizacional da polícia. Estes constructos permitiram a verificação empírica da imagem da polícia percebida pelas classes sociais. A principal contribuição deste artigo é evidenciar que tanto a classe baixa como a alta têm uma imagem negativa da polícia, indo contrário ao senso comum que considera a proximidade dos cidadãos de baixa renda com os sujeitos que compõem a organização Polícia Militar em suas ações mais pontuais (ou agressivas) pode influenciar a percepção da imagem negativa da polícia.

1. O Contexto da Percepção da Imagem da Polícia

A importância da ação da polícia nas diversas regiões do país é foco de estudos sociológicos, históricos e recentemente gerenciais (principalmente na perspectiva da Administração Pública). Nesta última área de conhecimento, os temas mais comuns estão relacionados à violência e eficiência do Estado, segurança pública e relações de trabalho e ética nas organizações militares, por exemplo.

As diferenças culturais existentes entre os estados brasileiros, o processo de formação dos policiais militares em cada estado, a atuação repressora ou consciente destes policiais em determinadas situações ou a própria dinâmica do espaço geográfico e das relações sociais podem acabar por influenciar a percepção dos cidadãos com relação à imagem da polícia em alguma área.

A imagem das corporações militares estaduais é construída de acordo com a atuação das mesmas diante de determinadas situações e fatos. Para alguns cidadãos a instituição militar é, por natureza, corrupta. Já para outros, a polícia é a responsável pela harmonia e integração social na busca do bem estar social. Muitos cidadãos, que moram na cidade do Rio de Janeiro ou que vêem na mídia as notícias sobre a violência na cidade, acabam por classificar o Rio de Janeiro como a cidade mais violenta do Brasil e podem até fazer uma relação implícita entre a violência e a ineficiência da polícia carioca na repressão ao crime. Assim, como é percebida a imagem da polícia militar na cidade do Rio de Janeiro?

Um fato recente de corrupção nesta instituição e que teve repercussão nacional foi o saque de um caminhão de cerveja no Meir (bairro da cidade do Rio de Janeiro) por policiais militares do estado do Rio de Janeiro. O caso gerou indignação tanto na comunidade quanto nas autoridades. O secretário de Segurança Pública questionou a credibilidade da polícia com a população (O GLOBO ONLINE, 2008). O trecho a seguir caracteriza este debate cercado de medo, brutalidade e corrupção:

As freqüentes notícias de brutalidade, corrupção e arbítrio envolvendo os agentes da lei invadem o nosso dia-a-dia e parecem servir para confirmar, no plano da subjetividade coletiva, um tipo de suspeita estrutural projetada sobre aqueles aos quais delegamos a complexa e difícil missão de fazer convergir, na ordem política

dos eventos, os princípios democráticos da legalidade e da legitimidade (MUNIZ, 1999, p. 256).

De acordo com Santana (2002), já há algum tempo a polícia militar vem demonstrando o desejo de mudar a imagem de uma polícia repressora e alheia aos interesses das comunidades, e é a busca por essa aproximação que faz com que, no Brasil, a maioria das experiências de aproximação com a comunidade seja realizada por iniciativa das polícias militares (SANTANA, 2002 p. 20).

A eficiência do trabalho da polícia pode estar, em boa parte, na dependência da confiança e da colaboração espontânea da comunidade, quando, por exemplo: (i) as pessoas confiam na polícia, (ii) notificam os crimes de que foram vítimas, (iii) testemunham na justiça para que criminosos sejam presos e fornecem informações sobre o paradeiro de criminosos procurados. Quando não existe esta relação de confiança, o que impera é a lei do silêncio, a subnotificação de crimes e a liberação de suspeitos por ausência de provas (KAHN, 2003, p. 4).

De acordo com Soares (2005), a suspeita está para a polícia assim como o medo está para a população. O autor ainda afirma que as polícias acabaram por se tornar instrumentos da opressão social (SOARES, 2005). Isso não acontece em outras polícias pelo mundo. Como essa função não é enraizada no papel de um policial, é possível mudar essa imagem. Soares argumenta que as polícias não existem, na democracia, para serem algozes de negros e pobres, ou para servirem às elites e protegerem as camadas médias (SOARES, 2005).

Abranches (1994) relata que já existe a noção de que toda repressão deve ser rejeitada *a priori* em vários estudos. Praticamente todas as manifestações de autoridade foram estigmatizadas como repressivas, mesmo as rigorosamente obedientes à ética democrática. A ação policial e a manifestação da autoridade ainda que dentro dos parâmetros da ética democrática, passaram a sofrer restrições enormes, em nome dos direitos humanos e de uma noção infundada de cidadania, coletivista, corporativa, qualificada por gênero, por etnia e as vezes, até pela geografia urbana (ABRANCHES, 1994).

Este trabalho tem como objetivo verificar empiricamente a existência de relação entre a classe social percebida¹ e percepção da imagem da polícia. Assim, o problema de pesquisa deste trabalho é: quais fatores podem formar a percepção da imagem da autoridade policial de acordo com a percepção de classe social?

Este trabalho visa uma melhor compreensão da imagem da polícia e o impacto dessa imagem na percepção da população. Especificamente, procura-se: (i) entender quais são as categorias que compõem a imagem da polícia no Rio de Janeiro; e (ii) verificar se a imagem da polícia é significativamente pior nas menores classes econômicas percebidas, isto é, se existe diferença na imagem policial por classes econômicas.

O artigo se torna relevante pelo fato de a confiança na polícia militar constituir elemento-base da investigação policial. De acordo com Kahn (2003), a informação é a principal matéria-prima do trabalho policial, tanto a informação macro (sobre as tendências e características do crime em determinadas áreas) quanto a informação micro (que leva ao desbaratamento de quadrilhas e a prisão de suspeitos).

Além disso, compreender a imagem da organização militar e sua percepção pelos cidadãos é importante e ímpar, uma vez que as características específicas deste tipo de organização são específicas e o contexto da violência na cidade do Rio de Janeiro é um tanto quanto singular quando comparado às outras cidades no Brasil. Abordar a percepção da imagem da polícia pelos cidadãos é essencial para que reflexões sejam realizadas com o objetivo de transformar estas organizações e buscar o bem estar da população.

O trabalho está dividido em quatro sessões. Esta primeira fez uma contextualização do tema abordado no trabalho e apresentou o problema de pesquisa e o objetivo geral. A sessão seguinte apresenta a base teórica deste estudo no que diz respeito à imagem da polícia. A sessão 3 apresenta os métodos de análise de modelos de análise fatorial e análise de variância.

A sessão 4 apresenta dos resultados da percepção dos cidadãos cariocas com relação à imagem da polícia. E, por fim, a quinta e última parte do trabalho apresenta as principais conclusões e implicações deste estudo.

2. A Imagem da Polícia e os Estudos Organizacionais

Em uma pesquisa recente, Cárdua (2003) estudou a exposição à violência e os seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. De acordo com a autora, a experiência de exposição à violência, combinada com essa imagem da polícia, alimentam a sensação de que a polícia não garante a segurança das pessoas e que as leis não protegem os cidadãos.

Alguns estudos apontam o uso da força e a ostensividade na ação policial pontos centrais que devem ser analisados pela sociedade e pelo Estado no que diz respeito à preservação da ordem social e da imagem das organizações militares. Em Muniz *et al* (1999), encontra-se um debate sobre o uso da força por policiais, evidenciando-se que algumas intervenções, que seriam tecnicamente corretas do ponto de vista militar, são consideradas banais (por eles e pela sociedade) pelo fato destas serem lançadas à vala comum da brutalidade policial.

Qual o contexto dessas ações policiais brutais e ostensivas? Quais as crenças, pressupostos, valores, ritos e mitos que norteiam as ações desses policiais e das organizações militares estaduais? Conforme apresenta Muniz (1999), o fazer ostensivo da polícia está ligado aos aspectos culturais institucionais e informais. Assim, o conceito de cultura organizacional é mais que relevante na relação com a imagem da polícia.

Ao analisar o processo de socialização organizacional de uma organização militar, Brito e Pereira (1996) analisaram o processo de formação dos recrutas. No processo, a subjetividade dos sujeitos e a cultura organizacional são condicionadas por um clima de tensão em todo o processo. O principal rito de passagem é a conclusão do curso, fato que os credenciam como militares e não mais apenas civis. A obediência à hierarquia é a principal característica destacada pelos sujeitos que participaram do campo de estudo dos autores.

Embora não seja objetivo deste estudo, será esta obediência à hierarquia que os credenciam a ações ostensivas? O que se percebe é que esta característica da cultura da organização militar é relevante para as ações rotineiras e, de uma certa forma, para a imagem da polícia diante da sociedade.

Alguns autores na área das Ciências Sociais estruturam seus argumentos e caracterizam a imagem da polícia com aspectos sociológicos e suas interpretações na maioria das vezes estão relacionadas à essa área de conhecimento. Entretanto, o conceito de imagem da polícia construído neste artigo surge a partir da área organizacional, utilizando-se dos conceitos de marketing relacionados à imagem da organização. Assim, imagem, na perspectiva organizacional, pode ser entendida como a visão dos stakeholders sobre uma organização ou seus colaboradores ou integrantes diretos. Logo, imagem da polícia neste contexto organizacional pode ser entendida como a percepção dos stakeholders (cidadãos, mídia, Estado e a própria organização militar) com relação às ações, valores e atitudes dos membros que compõem a organização Polícia Militar.

3. Raízes da Imagem da Polícia

De acordo com um estudo realizado em Goiânia (GO), Jesus Júnior (2004) aponta que a imagem da polícia está desgastada perante a sociedade, que vê nessa instituição uma extensão das barbaridades praticadas por bandidos (JESUS JÚNIOR, 2004 p.113). O autor também apresenta a visão da polícia pelos sujeitos sociais. Nesse trabalho, destaca-se a análise da

avaliação da eficiência policial - 70% consideram pouco eficiente - e a imagem da polícia pelos moradores - 61% associam a polícia a uma imagem negativa (JESUS JÚNIOR, 2005). O texto abaixo exemplifica a tensão na relação PM e Cidadão.

Os encontros ordinários entre PMs e cidadãos costumam ser marcados pelo receio mútuo e pela incerteza acerca do que realmente “pode acontecer”. Tudo se passa como se policiais e cidadãos constituíssem dois mundos radicalmente distintos e impenetráveis, e que a interação entre eles não devesse jamais ocorrer, permanecendo apenas como uma possibilidade remota. Note-se que isto se dá de tal maneira que durante a “indesejada” e “temida” colisão os dois lados (PMs e “Civis”) apresentam-se como se estivessem sempre posicionados no lugar e momentos errados. Nesses termos, cruzar acidentalmente com a polícia em alguma esquina da cidade consistiria em um golpe de azar, seria um claro sinal de que *a priori* “algo está errado” ainda que não se saiba exatamente o que. (MUNIZ, 1999, p. 257).

Essa imagem é corroborada por outra pesquisa com resultados semelhantes. No ano de 1995, em uma pesquisa do DataFolha (Kahn, 2003, p. 05), foi verificado que 18% dos entrevistados têm medo da polícia equivalente ao medo dos bandidos; essa taxa aumentou para 33% em 1997. De forma inacreditavelmente significativa, 12% dos entrevistados chegam a informar que têm mais medo da polícia do que dos bandidos, taxa que se eleva para 23% em 1997. Parte do aumento se deve ao episódio da Favela Naval em São Paulo (KAHN, 2003, p. 05).

Tabela 1 - Medo da polícia ou dos bandidos?

	1995	1997
Da polícia	0,12	0,23
Dos bandidos	0,68	0,42
De ambos na mesma proporção	0,18	0,33
De nenhum dos dois	0,01	0,01

Fonte: DataFolha, 1995, 1997 *apud* Kahn 2003.

De acordo com Kahn (2003), “associadas à ineficiência e à violência, as polícias brasileiras passam por uma séria crise de legitimidade. Inúmeros exemplos poderiam ilustrar esta afirmação, mas talvez o mais sintomático seja o do temor da polícia, comparado ao temor dos bandidos” (KAHN, 2003 p. 04).

Abranches (1994) também faz uma interpretação do fenômeno da falta de confiança na polícia. De acordo com o autor, a autoridade do banditismo chega a ser mais legítima do que a autoridade pública, democraticamente constituída. Essa noção, absolutamente conivente com a barbárie, tem sido reforçada pela indignação popular justificada contra a violência policial, os grupos de extermínio, a corrupção das elites e o clientelismo público (ABRANCHES, 1994).

Nascimento (2003) apresenta o aspecto dual da polícia. De acordo com o autor, “os policiais militares, por sua vez, inserem-se em eventos mais críticos do ponto de vista político. Sua imagem está intimamente ligada à violência e ao crime, entre outros elementos simbólicos que congregam tanto desejo e fascinação, quanto receio e medo” (NASCIMENTO, 2003).

Quando se pede aos entrevistados que avaliem o atendimento que recebem da polícia, os resultados mostram que há várias imagens da polícia dependendo do grau de exposição à violência. Estas imagens chegam a ser radicalmente opostas. Para quem tem pouca exposição, a polícia é ágil no atendimento aos chamados da população, consegue manter as ruas do bairro tranquilas, dá

assistência às vítimas, e é educada no trato com as pessoas. Aqueles que são mais expostos à violência têm a imagem reversa (CÁRDIA, 2003 p. 314).

As classes mais populares estão entre as que têm maior exposição à violência na cidade do Rio de Janeiro. Essa exposição chega a ser diária. Entretanto, deve ser avaliado se essa exposição chega ao âmbito de segmento social ou se é apenas da conjuntura individual. De acordo com Abranches (1994), o democratismo alimenta a noção anárquica de que a autoridade constituída, porque é conivente com as desigualdades, tende sempre a desrespeitar as cidadanias, sobretudo nas classes populares (ABRANCHES, 1994).

Ao comparar a polícia militar com o corpo de bombeiros, Nascimento (2003) argumenta que “numa manifestação, por exemplo, os policiais militares reprimem e controlam por meio do uso da força enquanto os bombeiros encarregam-se do socorro das vítimas do conflito, sejam elas policiais ou civis. Esta diferença de significados atribuídos à profissão tem profundos impactos na afirmação de identidade de ambas as instituições” (NASCIMENTO, 2003 p.97).

Por outro lado, Toigo e Felix (2004) vinculam a imagem policial com a ditadura militar. Assim, os autores acreditam “que essa reação da população deve-se a herança do regime militar onde a prática da instituição era basicamente repressora e da qual ainda não conseguiu se libertar, criando inclusive um estereótipo da imagem policial inerente ao senso comum” (TOIGO e FELIX, 2004 p.09).

De acordo com Garotinho *et al* (2001), existe uma percepção da imagem negativa da polícia muito relevante, que pode ser descrita no trecho a seguir:

“Por motivos históricos, em todo o Brasil a delegacia se estabeleceu como um lugar de negação da cidadania. Ontem, lugar infecto destinado a receber os ‘suspeitos’ das classes populares ‘para averiguações’. Lugar da tortura e do pau-de-arara. Hoje, lugar sombrio que serve de depósito de presos vindos das mesmas classes (os bandidos com curso superior têm direito a prisão especial). Lugar subterrâneo propiciador de práticas condenadas pela sociedade, porém, de certa forma, sabidas e toleradas por ela. Ainda hoje, um lugar de sinal negativo, o que explicita o fato de o cidadão do povo, para atestar sua idoneidade moral, costuma dizer orgulhosamente: ‘Nunca estive em uma delegacia’” (Garotinho *et al*, 2001, p. 175 *apud* PAES, 2004, p.16).

O medo e seus aspectos correlacionados são justificáveis e compreensíveis, mas são perigosos e destrutivos quando se convertem em atitudes mentais (SOARES, 2005). Assim, é destacado pelo autor a evidente a necessidade de transformação da imagem da polícia no Brasil. Chesnais (1999) afirma que “a imagem da polícia, em sua natureza profunda, é que tem de ser mudada. Ela não deve ser vista como parasita, mas como instância intermediária da república entre os cidadãos, como defensora dos fracos contra os fortes, das pessoas honestas contra os marginais” (CHESNAIS, 1999, p. 62).

Várias tentativas foram feitas no sentido de mudar a imagem da polícia e aumentar o nível de confiança e diminuir o medo. Entre essas tentativas, vale destacar o programa delegacia legal que “visa melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços policiais a fim de aumentar a confiança popular na capacidade que esta instituição tem de exercer seu papel e restabelecer a imagem da polícia para acabar com a desconfiança da população em entrar numa delegacia” (PAES, 2004, p.16).

Já existem vários estudos internacionais sobre a percepção das pessoas e as imagens da violência. Entre eles, vale destacar o de Gillan Jr. *et al* (2002), que apresenta a existência da interação entre a exposição a um estereótipo reforçado pelo noticiário do jornal local e a atitude entre raça e crime no contexto racial do bairro. Nesse artigo, os autores sustentam a tese de que as pessoas pensam sobre raça e crime é uma função do contexto e da influência da

mídia. Stalans (1993), analisa as preferências da opinião pública sobre os casos criminais. Nesse estudo, os estereótipos criminais contribuem para as preferências punitivas das pessoas.

Diversas são as propostas de melhoria na imagem das polícias militares no país. Outra proposta que pode ser entendida como relevante para a melhoria da imagem da polícia e da aproximação desta dos problemas da comunidade. O trabalho da Patrulha Escolar em Brasília (DF), que apesar de direcionado para uma comunidade específica (comunidade escolar), é uma forma de policiamento comunitário, pois, pela escola chega às famílias, e, portanto, à comunidade. (SANTANA, 2002).

4. Método

O presente artigo tem bases quantitativas e utiliza dados secundários para a realização das estatísticas básicas e para a Análise Fatorial. O banco de dados utilizado foi retirado da pesquisa de Ramos e Musumeci (2005). O questionário que gerou este banco de dados foi elaborado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e a coleta de dados foi realizada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas. O tamanho da amostra foi de 2.250 pessoas, retirados de forma aleatória da população carioca. Assim, como o planejamento amostral utilizado, pode-se generalizar os resultados.

O SPSS foi o *software* de análise utilizado. O método de análise de dados pode ser considerado como um quase-experimento, pois não existe um controle total sobre o fator (classe econômica percebida). De acordo com Campbell e Stanley (1979), existem “muitos contextos sociais naturais em que o pesquisador pode introduzir algo semelhante ao delineamento experimental em sua programação de procedimentos de coleta de dados, ainda que lhe falte o pleno controle da aplicação dos estímulos experimentais” (CAMPBELL & STANLEY, 1979, p. 61).

Conforme apresentado anteriormente, o objetivo deste trabalho é verificar empiricamente a percepção da imagem policial por classes econômicas percebidas. Isso se faz necessário para testar a visão de que as classes mais baixas têm mais exposição à polícia e, conseqüentemente, apresentam um maior grau de avaliação negativa do que as outras classes econômicas analisadas. Por conseguinte, essas classes estarão mais distantes do Estado.

De acordo com o senso comum, a imagem da polícia parece ser péssima, principalmente nos conglomerados de pobreza da cidade do Rio de Janeiro. As reclamações contra abordagens desnecessariamente grosseiras e brutais são uma constante nesses locais. Assim, a hipótese deste estudo é:

H₁: A polícia tem uma avaliação da sua imagem significativamente pior nas classes econômicas percebidas como mais baixas do que as outras classes econômicas.

Se essa hipótese for verificada, então a imagem policial já não é conjuntural e individual, mas coletiva e dividida em segmentos sociais. Essa afirmativa é corroborada pelo argumento que a autoridade constituída é conivente com as desigualdades e tende sempre a desrespeitar as cidadanias, sobretudo nas classes populares (ABRANCHES, 1994).

Para o tratamento dos dados e teste dessa hipótese serão utilizadas as técnicas de Análise Fatorial e Análise de Variância (Anova) de um fator. Os *constructos* e o fator relevante para a pesquisa foram inspirados no estudo de Ramos e Musumeci (2005), em que assume apenas quatro tratamentos.

A variável dependente é a imagem policial e foi medida a partir dos *factor scores* do método de Componentes Principais a partir das seguintes dimensões: eficiência, respeito ao

cidadão, preconceito/racismo, corrupção, e violência, sendo todos mensurados por escalas de quatro pontos (1 – Nenhum; 4 – Muito). Além disso, para utilizar a análise fatorial, as escalas de eficiência e respeito ao cidadão foram invertidas, mensurando a ineficiência e o desrespeito.

O fator e níveis do modelo de Análise de Variância foram medidos da seguinte forma: o fator foi constituído pela classe econômica percebida em que o entrevistado indicava em que classe econômica ela se encontrava. Os níveis possíveis que a pessoa poderia escolher foram: 1 - Classe média alta/alta; 2 - Classe média; 3 - Classe média baixa; 4 - Classe baixa/pobre.

Finalmente, foi incorporada uma pergunta de verificação da imagem policial, isto é, a Polícia Militar do Rio de Janeiro será avaliada por nota (de zero a dez). Essa pergunta é necessária para a validade de *constructo*.

5. Análise dos dados

Contrariando a visão geral de que a polícia não respeita as liberdades individuais, 50% dos entrevistados consideram que a polícia tem respeito pelos cidadãos cariocas. A polícia ainda obteve uma boa avaliação no quesito relacionado à eficiência. Dos entrevistados, 50,5% consideram a polícia com algum grau de eficiência (médio ou muita). Entretanto, nos quesitos preconceito, corrupção e violência, a imagem da polícia é percebida como péssima, pois 79% dos entrevistados a consideram preconceituosa e 90% dos entrevistados acreditam que a polícia é corrupta e violenta. Os resultados são apresentados na tabela 2.

Corroborando esse argumento, numa escala de 0 a 10, a avaliação da polícia militar foi a de menor média (5,5) quando comparada com a polícia civil (5,9), a polícia federal (6,5), a polícia rodoviária (6,2) e a guarda municipal (5,6). As estimativas apresentaram um erro-padrão de 0,001.

Tabela 2 – Frequência das classes nas variáveis que compõem a imagem policial

Percepção	Eficiência	Respeito pelos Cidadãos	Preconceito	Corrupção	Violência
Muito	4,89	6,03	42,95	67,39	56,97
Médio	45,61	44,06	35,99	23,09	33,44
Pouco	33,63	32,64	12,24	4,80	5,82
Nenhum	14,70	16,85	6,81	2,05	2,50
Em branco	1,17	0,42	2,01	2,68	1,28
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Construído a partir dos dados da pesquisa.

5.1. Análise Fatorial

A imagem policial apresenta duas formas latentes de acordo com os itens e resultados da análise fatorial da tabela 3. Esses dois *constructos* são responsáveis por 69% da variabilidade desses cinco itens. A primeira dimensão chamada de “*aspecto organizacional e social da polícia*” é formada pelos componentes relacionados à ineficiência e ao desrespeito. O segundo componente formado pelos itens relacionados com o preconceito, o racismo, a corrupção e a violência policial foi chamado de “*imagem hostil da polícia*”. Os resultados são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Matriz de Componentes (Rotated Component Matrix)

Construtos	Componentes	(C ₁)	(C ₂)
Componente 1 (C₁) Imagem Hostil da Polícia	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação ao preconceito	0,666	0,18
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à corrupção	0,822	0,115
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à violência	0,804	0,188
Componente 2 (C₂) Imagem Organizacional da Polícia	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação ao desrespeito	0,248	0,852
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à ineficiência	0,128	0,896

Método de extração: Componentes principais. Método de rotação *Varimax with Kaiser Normalization*.

ANOVA

Existem diferenças significativas entre os grupos ao nível de 1% nos dois modelos de Análise de Variância (ANOVA). Dessa forma, os dois componentes que formam a imagem policial distintas apresentam diferenças por classes econômicas percebida.

A análise dos testes de comparações múltiplas de Scheffer apresenta a diferença entre os grupos. De acordo com a tabela 4, contrariando o senso comum, as classes econômicas percebidas como baixa/pobre e média/baixa não foram as classes que apresentaram a maior avaliação da “*imagem hostil da polícia*”. Isto é, a tabela apresenta evidências de que existe distinção entre as classes, mas essa separação coloca justamente as classes mais altas com a maior avaliação de uma imagem hostil da polícia. Assim, as Classes Média/Alta e Alta apresentam valores sistematicamente maiores do que todas as outras classes, o que significa uma imagem negativa da polícia.

Esses resultados são contrários aos argumentos de que isso ocorre pelo excesso de exposição à polícia, dado que a classe baixa é que (hipoteticamente) deveria ter uma avaliação pior da imagem hostil da polícia. Esse efeito pode ser causado pelo conjunto de pelo menos dois fatores. Em primeiro lugar, como a corrupção faz parte da composição dessa imagem da polícia, as classes mais altas podem ser as que sofrem mais com esse aspecto da polícia. Em seguida, o poder da mídia de expor diariamente a violência policial nos telejornais pode contribuir para que todas as classes sejam expostas a imagem hostil da polícia.

Tabela 4 - Análise de Variância da “*imagem hostil da polícia*” por classes econômicas percebidas na cidade do Rio de Janeiro

(I) Classe econômica	(J) Classe econômica	Diferença Média (I-J)	Erro-Padrão	Sig.	Intervalo de 95% de confiança	
					Limite Inferior	Limite Superior
Classe baixa/pobre	Classe média baixa	,05294960*	,00117337	,000	,0496695	,0562297
	Classe média	-,00617496*	,00140182	,000	-,0100937	-,0022562
	Classe média alta/alta	-,06193627*	,00540300	,000	-,0770403	-,0468323
Classe média baixa	Classe baixa/pobre	-,05294960*	,00117337	,000	-,0562297	-,0496695
	Classe média	-,05912456*	,00137218	,000	-,0629605	-,0552886
	Classe média alta/alta	-,11488587*	,00539539	,000	-,1299686	-,0998031
Classe média	Classe baixa/pobre	,00617496*	,00140182	,000	,0022562	,0100937
	Classe média baixa	,05912456*	,00137218	,000	,0552886	,0629605
	Classe média alta/alta	-,05576131*	,00544963	,000	-,0709957	-,0405269
Classe média alta/alta	Classe baixa/pobre	,06193627*	,00540300	,000	,0468323	,0770403
	Classe média baixa	,11488587*	,00539539	,000	,0998031	,1299686
	Classe média	,05576131*	,00544963	,000	,0405269	,0709957

* Diferença média significativa ao nível de 5%

A avaliação da *percepção do aspecto organizacional e social da polícia* pelas classes econômicas apresentada pela tabela 5 é surpreendente. As classes econômicas percebidas como alta e baixa apresentaram as piores avaliações desse aspecto. Assim, essas classes avaliam PM de forma pior do que as classes intermediárias. Logo, entende-se que as características econômicas não influenciam na construção da imagem da polícia neste constructo. Deste modo, a exceção são as classes *média alta e alta*. Pode-se considerar que a classe baixa/pobre está realmente distante da PM o quanto se imagina, pois avaliam sistematicamente pior que as classes média e média baixa. Ou seja, à medida que tem uma avaliação negativa da polícia, mais afastado (menos interativo) este grupo será com relação à polícia.

Parece que em relação ao aspecto organizacional e social, a estrutura de classes econômicas apresenta o padrão de “U”, com as classes mais baixas e mais altas com uma nota significativamente maior em relação ao desrespeito e ineficiência do que as demais classes.

Tabela 5 - Análise de Variância do “aspecto organizacional e social da polícia” por classes econômicas percebidas na cidade do Rio de Janeiro

(I) Classe econômica	(J) Classe econômica	Diferença Média (I-J)	Erro-Padrão	Sig.	Intervalo de 95% de confiança	
					Limite Inferior	Limite Superior
Classe baixa/pobre	Classe média baixa	,13078143*	,00117174	,000	,1275058	,1340570
	Classe média	,05879979*	,00139988	,000	,0548865	,0627131
	Classe média alta/alta	-,10055974*	,00539552	,000	-,1156428	-,0854767
Classe média baixa	Classe baixa/pobre	-,13078143*	,00117174	,000	-,1340570	-,1275058
	Classe média	-,07198165*	,00137028	,000	-,0758123	-,0681510
	Classe média alta/alta	-,23134117*	,00538791	,000	-,2464030	-,2162793
Classe média	Classe baixa/pobre	-,05879979*	,00139988	,000	-,0627131	-,0548865
	Classe média baixa	,07198165*	,00137028	,000	,0681510	,0758123
	Classe média alta/alta	-,15935952*	,00544209	,000	-,1745728	-,1441463
Classe média alta/alta	Classe baixa/pobre	,10055974*	,00539552	,000	,0854767	,1156428
	Classe média baixa	,23134117*	,00538791	,000	,2162793	,2464030
	Classe média	,15935952*	,00544209	,000	,1441463	,1745728

* Diferença média significativa ao nível de 5%

6. Considerações finais

Este estudo apresentou os dois principais elementos que constroem a imagem da polícia percebida pela população carioca. Além disso, verificou-se empiricamente se esses constructos percebidos da imagem se distinguiam por classes econômicas. Assim, tanto a *imagem hostil da polícia* quanto o *aspecto organizacional e de respeito ao cidadão* parecem discriminados pelas classes econômicas percebidas.

Dessa forma, na parte que se relaciona tanto com o aspecto organizacional quanto social, as classes mais baixas e mais altas apontam com uma nota significativamente maior em relação ao desrespeito e ineficiência do que as demais classes, corroborando e adicionando novos elementos à visão da relação entre as classes econômicas e a imagem da polícia. Assim, quais as formas ou meios que a Polícia Militar do Rio de Janeiro pode trabalhar sua imagem nestes dois contextos diferentes cultural, social e economicamente?

Na outra dimensão relevante da imagem policial, a tabela ANOVA apresenta evidências de que a separação coloca justamente as classes mais altas com a maior avaliação de uma imagem hostil da polícia, contrariando a visão do senso comum que a proximidade da classe baixa conduziria a uma avaliação negativa da imagem da polícia no Rio de Janeiro.

Entretanto, o que se constatou por meio deste estudo é que a classe alta também faz uma avaliação negativa, mesmo não estando exposta diretamente às ações da polícia.

Assim, a hipótese que foi testada neste estudo foi confirmada em parte, pois, em um aspecto da imagem da polícia a classe mais baixa, juntamente com a classe mais alta, avaliou a polícia de forma pior que as classes intermediárias, corroborando em parte a teoria de que a avaliação da imagem da polícia parece ter atingido a segmentação social. Dessa forma, pode-se afirmar que um componente da visão imagem da polícia não é mais individual e conjuntural, mas sim coletiva e estrutural. Ou seja, é estatisticamente significativa a diferença entre as classes sociais.

Abranches (1994), ao afirmar que a autoridade constituída tende sempre a desrespeitar as cidadanias, sobretudo nas classes populares (ABRANCHES, 1994), parece ter seu argumento somente em parte sustentado empiricamente, uma vez que não somente as classes populares avaliaram negativamente a imagem da polícia.

Entretanto, quando se segmenta a imagem policial em diferentes *constructos* que vão desde a violência policial até a eficiência, a visão de que toda a imagem da polícia parece ser ruim, especialmente nos aglomerados de pobreza da cidade carioca parece simplista, pois, além de a imagem da polícia ter mais de uma dimensão, apenas parte desses aspectos é avaliada negativamente pelas classes econômicas mais baixas. Em outras palavras, quando se analisa de forma multivariada a imagem policial, a teoria de que as classes mais baixas são as que têm a pior imagem não se sustenta empiricamente em todos os aspectos analisados porque somente se sustenta a hipótese em um dos *constructos* (Imagem Hostil da Polícia). Por exemplo, a imagem da polícia pode ser ruim nas classes mais baixas em relação a Imagem Hostil da Polícia, mas não necessariamente essa imagem negativa se reflita na Imagem Organizacional da Polícia.

Entre as possíveis implicações gerenciais, podem-se destacar os dois aspectos que a polícia deve atingir com um marketing positivo para mudar a sua imagem. Destacam-se também quais são as classes econômicas percebidas que devem ser atingidas na alteração dessa imagem. Dessa forma, para mudar a sua imagem perante a sociedade, a polícia deve estar atenta a esses aspectos relevantes destacados neste trabalho, principalmente porque a confiança dos cidadãos é um fator fundamental para o trabalho policial.

Assim, este trabalho se torna relevante pelo fato de refletir sobre uma temática que permeia os estudos organizacionais tanto numa perspectiva gerencial, em que se busca a reflexão e melhoria de práticas que podem melhorar a imagem de uma organização perante os seus stakeholders, quanto numa perspectiva acadêmica e social, em que se busca entender os atributos que compõem a cultura organizacional de uma instituição militar e a percepção da sociedade sobre as atitudes e ações dos membros que dela participam na busca do bem-estar (*a priori*) coletivo.

7. Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de *A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade* IN: **Velloso et al.** *Governabilidade, sistema político e violência urbana* Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

BRITO, Mozart José; BRITO, Valéria da Glória Pereira. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. *In: Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 138-165, 1996.

CAMPBELL, Donald Thomas e STANLEY, Julian Cecil *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa* São Paulo: EPU: EDUSP, 1979

CÁRDIA, Nancy *exposição à violência : seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos lusotopie*, pp. 299-328, 2003.

CHESNAIS, Jean Claude. *A violência no Brasil*. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 4, nº1, pp.53-69, 1999.

GILLIAN, J., Valentino, N. A. e Matthew, N. *Where you live and what you watch: the impact of racial proximity and local television news on attitudes about race and crime* political research quarterly, vol. 55, n.4 dec 2002 pp. 755-780, 2002.

JESUS JÚNIOR, Ricardo Sousa de. **Espaço urbano e criminalidade na região noroeste de goiânia-go: a visão dos sujeitos sociais**. Universidade Federal de Uberlândia. mimeo. (dissertação de mestrado), 2005.

KAHN, Túlio. *Segurança pública e trabalho policial no Brasil*. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford, working paper 51 (june 2003). Conference 'Promoting human rights through good governance in brazil', University of Oxford, 2003.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. "Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser" – cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286f. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. Uso de Força e Ostensividade na Ação Policial. **Conjuntura Política. Boletim de Análise nº 6**. Departamento de Ciência Política. UFMG; pp:22-26, abril de 1999.

NASCIMENTO, Nívio Caixeta do. **Entre as leis e o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa**. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, mimeo (tese de doutorado). Brasília: UNB, 2003.

O GLOBO ONLINE. Policiais acusados de saquear caminhão de cerveja roubado estão em liberdade. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/01/27/policiais_acusados_de_saquear_caminhao_de_cerveja_roubado_estao_em_liberdade-328223523.asp. Acesso em 03 mar 2008.

PAES, Vivian Ferreira. **Os desafios da reforma: uma análise de novas e velhas práticas da polícia judiciária do estado do Rio de Janeiro**. Universidade Estadual do Norte Fluminense, (mimeo) dissertação de mestrado, 2004.

RAMOS, Silvia, e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro** (Coleção Segurança e Cidadania, 2). Civilização Brasileira e CESeC, 2005.

SANTANA, Beatriz Gibson Cunha de. **Núcleo integrado de segurança comunitária: uma experiência**. Universidade Católica de Pernambuco. Mimeo (dissertação de mestrado), 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo : Companhia das Letras, 2000

STALANS, Loretta J. Citizens' crimes stereotypes, biased recall and punishment preferences in abstract cases: the educative role of interpersonal sources law and human behavior. In: **Educative Role of Interpersonal Sources**, vol. 17 n.4 aug 1993 pp. 451-470.

TOIGO, Marcel Dornelles e FELIX, Sueli Andruccioli. Polícia e comunidade: conflitos e consensos. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais - Coimbra 16,17,18 de setembro de 2004.

ⁱ Como os dados deste trabalho são secundários, o banco de dados utilizado classifica os indivíduos às respectivas classes sociais de acordo com suas próprias percepções. Ou seja, o indivíduo que se classifica com relação às classes sociais.